



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>  
CONJ 03 LOTE 2

**Edital Nº 217 / 2018 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT**

EDITAL Nº 052, de 2018 – SEI Nº 18.0.000007900-2

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no curso II SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E III ENCONTRO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (CEJUSCs), a se realizar no período de 31 de agosto de 2018, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

**1. DADOS GERAIS**

**Curso:** II Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e III Encontro dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs)

**Objetivo:** Capacitar os participantes e trocar experiências que possam contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, voltadas à solução de conflitos, fomentar à autocomposição e o uso de seus métodos.

**Período de inscrições:** As inscrições acontecerão no período de 31 de julho a 20 de agosto de 2018.

**Inscrições:** Serão realizadas, via *web*, no endereço eletrônico [esmat.tjto.jus.br](http://esmat.tjto.jus.br), exceto:

As vagas dos professores das faculdades discriminadas no item 2.1, que serão preenchidas por indicação dos seus diretores ou coordenadores, via ofício, destinadas à Coordenação do Nupemec, com os seguintes dados dos participantes: NOME COMPLETO, CPF, E-MAIL e TELEFONE;

As vagas dos tabeliães e registradores do Estado do Tocantins discriminadas no item 2.1, que serão preenchidas por indicação do presidente da Anoreg, via ofício, destinadas à Coordenação do Nupemec, com os seguintes dados dos participantes: NOME COMPLETO, CPF, E-MAIL e TELEFONE.

**Obs.: 1: As diárias para magistrados, servidores lotados nos Cejuscs e conciliadores DAJ-4, conforme discriminado no item 2.1, deverão ser solicitadas pelo participante, por meio do sistema Egesp.**

**Públicos-Alvo:** Magistrados, servidores lotados nos Cejuscs, conciliadores DAJ-4, conciliadores credenciados atuantes nos Cejuscs e Juizados Especiais, membros e servidores do Ministério Público, membros e servidores da Defensoria Pública, delegados de Polícia, advogados, professores universitários das Faculdades: Católica e Objetivo de Palmas-TO; Ulbra, Unirg de Gurupi-TO, Católica de Araguaína-TO, ITPAC de Araguaína, Unitins, tabeliães e registradores do Estado do Tocantins, servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, estagiários do Nupemec e Cejuscs, conforme distribuição de vagas constante no item 2.1.

**Carga Horária:** 8 horas

**Modalidade:** Presencial

**Local:** Auditório e salas de aula da Esmat.

Obs.: Considerando que o auditório da Esmat tem capacidade para 180 participantes, os demais assistirão ao evento nas salas 1 e 4 da Esmat, de acordo com a ordem de chegada.

**Valor do curso, custeado pela Esmat, por aluno:** O valor do curso será calculado após a conclusão das atividades, considerando-se os critérios de horas-aula, passagem, hospedagem e alimentação do palestrante.

## 2. VAGAS

2.1 Quantidade de Vagas: 260, conforme distribuição abaixo:

PÚBLICOS-ALVO	VAGAS
Magistrados	40
Servidores lotados nos Cejuscs	20
Conciliadores DAJ-4	10
Conciliadores credenciados atuantes nos Cejuscs e Juizados Especiais	90
Membros e servidores do Ministério Público	5
Membros e servidores da Defensoria Pública	5
Delegados de Polícia	5
Advogados	20
Professores Universitários das Faculdades: Católica e Objetivo de Palmas-TO; Ulbra, Unirg de Gurupi-TO, Católica de Araguaína-TO, ITPAC de Araguaína, Unitins	15
Tabeliães e Registradores do Estado do Tocantins	40
Estagiários do Nupemec e Cejuscs	10
<b>Total de Vagas</b>	<b>260</b>

2.2 As vagas que não forem preenchidas pelo público-alvo, poderão ser distribuídas de acordo com as solicitações encaminhadas à Coordenação do Curso pelo e-mail [nufam@tjto.jus.br](mailto:nufam@tjto.jus.br).

### 3. PRÉ-REQUISITOS

3.1 Serem magistrados;

3.2 Serem servidores lotados nos Cejuscs;

3.3 Serem conciliadores – DAJ4;

3.4 Serem conciliadores credenciados atuantes nos Cejuscs e Juizados Especiais;

3.5 Serem membros e servidores do Ministério Público;

3.6 Serem membros e servidores da Defensoria Pública;

3.7 Serem delegados de polícia;

3.8 Serem advogados;

3.9 Serem professores universitários das faculdades: Católica e Objetivo de Palmas-TO; Ulbra, Unirg de Gurupi-TO, Católica de Araguaína-TO, ITPAC de Araguaína, Unitins;

3.10 Serem tabeliães e registradores do Estado do Tocantins;

3.11 Serem estagiários do Nupemec e Cejuscs.

### 4. FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.1 Os inscritos deverão participar das atividades programadas, conforme descrição nos itens 5 e 6 deste Edital;

4.2 A frequência será computada por meio eletrônico, na entrada e na saída de cada período, com tolerância de quinze minutos;

4.3 Não haverá aferição de nota aos alunos;

4.4 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do curso, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os alunos deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

4.5 Todos os alunos estarão sujeitos às regras estabelecidas na Portaria nº 311, de 2012, e também às regras previstas no Edital próprio do curso.

### 5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<b>Programação</b>	<b>Estrutura</b>
<b>8 horas</b>	<b>Credenciamento</b>

<b>8h30</b>	<b>Abertura pelo Presidente do Tribunal de Justiça e do Nupemec e Composição de Mesa</b>	
<b>Palestra</b>	Tema	<b>Atuação e Experiência do Nupemec do Amapá e Prêmio Innovare, de 2004</b>
	Palestrante	Sueli Pereira Pini
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiências do Nupemec do Amapá;</li> <li>• Prêmio Innovare de 2004.</li> </ul>
	Carga Horária	1h30 hora-aula
<b>Palestra</b>	Tema	<b>A Política Judiciária de Tratamento Adequado de Conflitos no Brasil</b>
	Palestrante	<b>José Luiz Oliveira de Almeida</b>
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça;</li> <li>• Mediação e Conciliação;</li> <li>• Nupemec e Cejuscs.</li> </ul>
	Carga Horária	1h30 hora-aula
<b>Palestra</b>	Tema	<b>Tribunais Multiportas</b>
	Palestrante	Gildo Alves de Carvalho Filho
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mediação como vetor de distribuição de justiça;</li> <li>• Experiências do Nupemec do Amazonas.</li> </ul>
	Carga Horária	1 hora-aula
<b>Palestra</b>	Tema	<b>A Mediação como Meio de Resolução dos Conflitos Familiares</b>
	Palestrante	Conrado Paulino da Rosa
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Teoria geral do conflito;</li> <li>• Os métodos autocompositivos de tratamento de conflitos;</li> <li>• As particularidades dos conflitos familiares e a necessidade de uma intervenção diferenciada;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• A mediação familiar à luz do Código de Processo Civil (CPC), de 2015, e da Lei nº 13.140.</li> </ul>
	Carga Horária	1 hora-aula
<b>Palestra</b>	Tema	<b>Online Dispute Resolution – Resolução Online de Disputas (ODR), Desenho de Sistema de Solução de Disputas (DSD) e Disput Boards</b>
	Palestrante	<b>Maicon Rodrigo Tauchert</b>
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Online Dispute Resolution (ODR);</li> <li>• Design de Sistemas de Disputas;</li> <li>• Dispute Boards;</li> <li>• Team Decision.</li> </ul>
	Carga Horária	1 hora-aula
<b>Palestra</b>	Tema	<b>Conciliação e Mediação nas Serventias Extrajudiciais</b>
	Palestrante	<b>Celma Laurinda Freitas Costa</b>
	Conteúdo Programático	<p><b>I – Generalidades da conciliação e da mediação nas serventias extrajudiciais</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conceito legal da mediação;</li> <li>2. Diferença procedimental entre a mediação e a conciliação;</li> <li>3. Negociação e técnicas negociais dirigidas ao mútuo consenso/acordo.</li> </ol> <p><b>II – Singularidades da conciliação e da mediação nas serventias extrajudiciais</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Políticas Nacionais do Judiciário de amplo acesso à justiça; <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1 Cultura da sentença e cultura da pacificação social;</li> <li>1.2 Pacificação jurídica e social aos notários e registradores;</li> </ol> </li> <li>2. Regras gerais do Provimento nº 67, de 2018; <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1 Instituições Legais: serventias extrajudiciais, Corregedoria Geral da Justiça, Tribunais, Nupemec,</li> </ol> </li> </ol>

	<p>Cejusc e entidades capacitadoras de conciliadores e mediadores;</p> <p>3. Papéis funcionais dos delegatários e prepostos na atividade de conciliação e mediação</p> <p>4. Os mediadores e conciliadores (e/ou suas entidades) cadastrados para atuar em serventias extrajudiciais;</p> <p>5. O procedimento da atividade de conciliação e mediação nas serventias extrajudiciais;</p> <p>5.1 A partes e a facultatividade da presença do advogado (?);</p> <p>5.2 Objeto;</p> <p>5.3 Requerimento e notificação;</p> <p>5.4 Sessões: duração e prazos;</p> <p>5.5 Livros: documentos públicos da conciliação e da mediação.</p> <p><b>III – Desafios burocráticos e estruturais para a prática da conciliação e mediação em serventias extrajudiciais</b></p> <p>1. Sugestões e críticas;</p> <p>2. Participações e integração do público.</p>
	<p>Carga Horária</p> <p>1 hora-aula</p>
	<p><b>Carga Horária Total do Curso</b></p> <p><b>8 horas-aula</b></p>
<b>5.1 PALESTRANTES</b>	
Nome	<b>Gildo Alves de Carvalho Filho</b>
Síntese do Currículo	<p>Graduado em Direito, pela Universidade Federal do Amazonas, 1988. Atualmente é juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, no Amazonas. Experiente na área Jurídica, com ênfase em Direito de Família, atuando principalmente no seguinte tema: Conciliação e Mediação de Conflitos de Família.</p> <p>Fonte:  <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?</a></p>

	id=K4468064U6	
Nome	<b>Conrado Paulino da Rosa</b>	
Síntese do Currículo	<p>Advogado especializado em Direito das Famílias e Sucessões. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família IBDFAM / Seção Rio Grande do Sul, gestões 2014-2015, 2016-2017 e 2018-2019. Doutor em Serviço Social, pela PUCRS. Mestre em Direito, pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), com a defesa realizada na Università Degli Studi di Napoli Federico II, em Nápoles, Itália. Professor do curso de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), em Porto Alegre, onde coordena a Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>, presencial e EaD, em Direito de Família e Sucessões. Professor convidado em Pós-Graduações em diversas Instituições de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Distrito Federal. Autor de livros sobre Direito de Família e Mediação Familiar.</p> <p>Fonte:  <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4250372E3">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4250372E3</a></p>	
Nome	<b>José Luiz Oliveira de Almeida</b>	
Síntese do Currículo	Desembargador do Maranhão.	
Nome	<b>Celma Laurinda Freitas Costa</b>	
Síntese do Currículo	<p>Graduada em Direito, pelo Centro Superior de Jataí (CESUT), 1992; doutora em Direito, pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA), 2006; mestre em Educação, 2009; doutora em Educação, 2015, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGoiás). Especialista em Gestão e Direito Educacional, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Civil e em Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem. Ex-professora substituta da Universidade Federal de Goiás (UFG), 2008-2009. Militou como advogada nas áreas Empresarial, Trabalhista e Cível, de 1992 a 2012. Instrutora em mediação judicial. Mediadora e conciliadora judicial, capacitada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foi diretora acadêmica da Faculdade de Inhumas (FACMais), de 2006 a 2014. Foi</p>	

	<p>coordenadora do curso de Direito, no período de 2009 a 2014, da FacMais. Em 2016, iniciou o curso de doutorado em Ciências da Religião, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGoiás) e de mestrado em Direito: soluções alternativas de controvérsias empresariais, pela Escola Paulista de Direito, São Paulo.</p> <p>Fonte:  <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4537825E2">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4537825E2</a></p>	
Nome	<b>Maicon Rodrigo Tauchert</b>	
Síntese do Currículo	<p>Graduado em Direito, pela Universidade de Cruz Alta – RS. Especialista em Direito Eletrônico e Tecnologia de Informação, pelo Centro Universitário da Grande Dourados – MS. Especialista em Metodologia da Pesquisa e do Ensino Superior, pela Faplan/Anhaguera, Passo Fundo – RS. Especialista em Docência do Ensino Superior, pela FacPortal de Passo Fundo – RS. Mestrado em Direito, pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões de Santo Ângelo – RS. Doutorando em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor Pesquisador de Graduação e Pós-Graduação. Professor Pesquisador Comprometido com a criação do Curso de Direito da FACIT, em Araguaína/TO. Professor Colaborador da Faculdade Nobre, Feira de Santana/BA. Professor Visitante da Universidade Autônoma de Santo Domingo (UASD). Professor Pesquisador das Pós-Graduações em Direito do ITOP, em Palmas/TO, e da Pós-Graduação em Mediação, Conciliação e Arbitragem das Faculdades João Paulo II, em Passo Fundo – RS. Professor Pesquisador da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Professor Colaborador da UFT e do IFTO, em Palmas, e ACADEPOL/TO. Colaborador do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícias Civil e Militar do Estado do Tocantins. Sócio fundador, conselheiro da PROCER Organização. CEO na Law Technology Solutions. Consultor Público nos Municípios de Ibirubá e Selbach – RS. Escritor, consultor público e privado e conferencista. Em Filosofia e Sociologia do Direito, concentra atenção especial em suas pesquisas e reflexões com Direito e Multiculturalismo e Direito e Complexidade. Desenvolve ensino, pesquisa e extensão em Teoria do Estado, do Direito e da Sociedade, Direito Constitucional, Formas Não Adversariais em Resolução de Conflitos e Direito Civil. Atua na área de Direito Constitucional e Formas Não Adversariais de Resolução de Conflitos. Criador dos Programas em</p>	



	<p>Justiça Restaurativa, Justiça Comunitária, Mediação e Conciliação em Araguaína/TO. Colaborador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais (NUPEMEC – TJ/TO) e da criação dos Cejuscs do Estado do Tocantins e do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa – TJ/TO, do Programa Gestão Pública Estratégica e Inteligência Inter-relacional. Autor de livros, artigos e projetos sociais na área do Direito. Parecerista da Revista Eletrônica do Curso de Direito e da Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global ambas da Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM). Parecerista da Revista Quaestio Iuris da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Parecerista da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Colaborador do GreenPeace, World Wide Fund for Nature – WWF, Human Rights Watch – HRW e Unesco.</p> <p>Fonte:  <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4269366Y2">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4269366Y2</a></p>	
Nome	<b>Sueli Pereira Pini</b>	
Síntese do Currículo	Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, de 21/6/2012 a 19/12/2012, e a partir de 2/10/2013. Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC). Coordenadora da Infância e da Juventude do Estado do Amapá (CEIJ/TJAP).	

## 6. CRONOGRAMA

<b>II SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E III ENCONTRO DOS CEJUSCS</b>		
<b>Data</b>	<b>Horário/Período</b>	<b>Conteúdo Programático</b>
31/8/2018	8 horas	<b>Credenciamento</b>

8h30	<b>Abertura pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Diretor da Esmat, Coordenação do Nupemec e Composição de Mesa</b>
8h50 às 10h20	<b>Tema: Atuação e Experiência do Nupemec do Amapá e Prêmio Innovare, de 2004</b>  Palestrante Sueli Pereira Pini
10h25 às 11h55	<b>Tema: A Política Judiciária de Tratamento Adequado de Conflitos no Brasil</b>  Palestrante José Luiz Oliveira de Almeida
Das 12h às 13h45	Intervalo para almoço
14h às 15h	<b>Tema: Tribunais Multiportas</b>  Palestrante Gildo Alves de Carvalho Filho
15h05 às 16h05	<b>Tema: A Mediação como Meio de Resolução dos Conflitos Familiares</b>  Palestrante Conrado Paulino da Rosa
16h10 às 17h10	<b>Tema: Online Dispute Resolution – Resolução Online de Disputas (ODR), Desenho de Sistema de Solução de Disputas (DSD) e Disput Boards</b>  Palestrante: Maicon Rodrigo Tauchert
17h15 às 18h15	<b>Tema: Conciliação e Mediação nas Serventias Extrajudiciais</b>  Palestrante: Celma Laurinda Freitas
<b>Carga Horária Total</b>	<b>8 horas-aula</b>

## 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 311, de 2012, publicada no Diário da Justiça nº 2.879, de 23 de maio de 2012;

7.2 A desistência do curso, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail [saesmat@tjto.jus.br](mailto:saesmat@tjto.jus.br);

7.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o inscrito à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei;

7.4 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas**, **Diretor da ESMAT**, em 30/07/2018, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2116066** e o código CRC **0860D066**.